

Barretos: muito maior que a festa do peão

A densa mata na região onde hoje está localizada a cidade de Barretos fez com que o desenvolvimento do povoado fosse lento, até que em 1870, após uma forte geada, um grande incêndio destruiu a mata e desse lugar a uma rica e natural área de pastagem. Inúmeras fazendas de gado ali prosperaram, entre elas a Fazenda Fortaleza, de Francisco Barreto, e a Fazenda dos Marques. A área comum das duas propriedades recebeu o nome de "Patrimônio do Espírito Santo", onde foi construída a primeira capela, que depois deu origem à cidade. No início do século 20 a cultura do café chegou à região e, junto com ela, os imigrantes europeus que alteraram o crescimento e a arquitetura local. Pouco depois chegaram os árabes que diversificaram a economia, fortalecendo o comércio.

Dois acontecimentos, entre 1900 e 1916, marcaram profundamente a história da cidade: a chegada da ferrovia, que impulsionou a atividade produtiva, e a instalação da inglesa Cia Frigorífica Anglo Pastoral, que gerou empregos e crescimento, tanto econômico, quanto populacional. Nas duas grandes guerras mundiais o aumento nas exportações de carne e enlatados se refletiram em todos os setores da economia local. O progresso chegava definitivamente à cidade.

A infra-estrutura urbana foi ampliada, o comércio se fortaleceu, levando Barretos à condição de "pólo" do norte do Estado de São Paulo, Triângulo Mineiro e Sul de Goiás.

Barretos é sede da 13ª Região Administrativa do Estado, que abrange 17 cidades. Com pouco mais de 108 mil habitantes, recebe praticamente outras "oito Barretos", cerca de



Praça Francisco Barreto

800 mil pessoas, durante sua festa mais famosa, a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos. A festa nasceu em 1955 e foi a primeira do gênero na América Latina. Hoje não há que não a conheça. Da primeira edição, realizada embaixo de uma lona de circo, até a quinquagésima, no ano passado, muita coisa mudou, menos o orgulho da cidade por sua realização.

Para aproveitar esta marca forte, a administração municipal pensa em investimentos maiores para a cidade, que já começam a chegar. Um complexo de águas termais foi lançado no mercado, e junto com ele um hotel e dois flats. O turismo, segundo os empreendedores, não ficará mais restrito ao mês de agosto.

Mas enquanto os "novos tempos" não chegam, a cidade continua investindo em seu maior potencial, o agronegócio. Em 2005, o valor da produ-

ção da cidade foi de R\$ 1.503 bilhão. Transformar o aeroporto local em aeroporto de carga é uma das prioridades, afinal a exportação continua sendo um ponto forte da cidade. Os dois frigoríficos locais são grandes exportadores e empregadores.

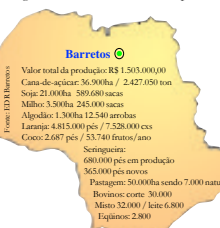
O terminal intermodal de cargas da Coopercitrus, em Barretos, fechou parceria com a Ferroban para escoar, até o porto de Santos, cerca de um milhão de toneladas de açúcar e 300 mil toneladas de soja. São centenas de milhões de reais em investimentos.

A prefeitura de Barretos faz as contas. Com o terminal, além do aumento na arrecadação de impostos, um número muito grande de caminhões deve circular pela cidade, o que deverá incrementar no consumo em geral. Além disso, um novo armazém já começa a ser construído, e uma fábrica de vagões está em negociação para se instalar na cidade.

Outro setor que tem crescido muito na região é o de borracha natural. A Interlatex tem 1 milhão de seringueiras e, no ano passado, a produção da fábrica chegou a 3.500 toneladas. São 74 empregos diretos e 431 indiretos.

Assim, Barretos cresce sem perder suas características de cidade do interior. Uma pesquisa da Secretaria de Segurança Pública indicou que é um dos municípios menos violento do Estado.

À vida tranquila do morador de Barretos se soma uma infra-estrutura de boa qualidade, um comércio forte, facultades que se destacam pela qualidade, o hospital do câncer, que é referência para todo o interior paulista, e, é claro, a Festa do Peão, orgulho de todo barretense.



Agro é uma publicação oficial, mensal, da Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto - ABAGR/SP. Av. Presidente Vargas, 2.001, sala 87, CEP 14020-260, Ribeirão Preto-SP. Fones: (16) 3623-2326 e 3620-9303. Site: www.abagr.org.br. E-mail: abagr_rp@netsite.com.br. Diretora-executiva: Mônica Bergamaschi. Jornalista responsável: Valéria Ribeiro, MTb 15.626. Editoração: Fernando Braga. Impressão e fotolito: Gráfica São Francisco. Tiragem: 2.800 exemplares

Agro**negócio**

Ano 7, nº 58, fevereiro de 2006

Impresso Especial
134 10210-7 - ABAGR
ABAGR
CORREIOS

www.abagr.org.br



A educação pelo agronegócio



Desde 2001, quando do Programa Educacional "Agronegócio na Escola" foi idealizado pela ABAGR/RP, a busca por maior integração com a rede oficial de ensino foi constante. O primeiro contato foi com a Diretoria de Ensino de Jaboticabal. Naquele ano, 7 escolas, de 4 cidades, 970 alunos e 180 professores participaram de um "projeto piloto", onde foi posto em prática o modelo que até hoje é aplicado no Programa.

A cada ano, de lá para cá, novas Diretorias de Ensino foram agregadas e ao final de 2005 somavam 6, pela ordem: Jaboticabal, Sertãozinho, Franca, Ribeirão Preto, São Joaquim da Barra e Araraquara, com 17.200 alunos, 1200 professores de 91 escolas de 41 municípios da região.

O Programa cresce mantendo sua proposta de valorizar o agronegócio regional, ao mesmo tempo em que valoriza a educação. Os professores e as empresas associadas à ABAGR/RP, têm sido, desde o primeiro momento, os maiores responsáveis pelos sucessos alcançados. Os professores, por terem incorporado o assunto agronegócio em suas matérias, pois não houve mudança na grade curricular, mas um novo olhar para a realidade regional, e por consequência, nacional. As empresas, por entenderem a importância de abrir suas portas para estes alunos, que quando conhecem os diversos processos produtivos entendem a importância dos conceitos trabalhados em sala de aula.

Em 2006, a ampliação do Programa



Ministro Roberto Rodrigues, Mônica Bergamaschi e o Secretário da Educação do Estado de São Paulo, Gabriel Chalita

to, Roberto Rodrigues, um educador há mais de 40 anos, incentivador do modelo desenvolvido pela ABAGR/RP, e acima de tudo, um amigo do "Agronegócio na Escola". Desde o primeiro ano é Rodrigues quem faz a primeira etapa de capacitação dos professores.

No encontro o Ministro fez um histórico da agricultura e da urbanização industrialização no Brasil. Um processo que deixou marcas, ainda hoje sentidas pelo campo, pois a população urbana desenvolveu um preconceito em relação ao meio rural. O Secretário Chalita ficou entusiasmado. No final do ano passado ele esteve no Chile para conhecer o sistema educacional de lá, e visitou uma fazenda onde os alunos aprendem empreendedorismo rural.

A diretora executiva da ABAGR/RP, Mônica Bergamaschi, explicou com detalhes o trabalho desenvolvido, e a parceria foi aceita pela Secretaria da Educação. O protocolo será assinado no dia 24 de março, em Ribeirão Preto, quando o Ministro Roberto Rodrigues fará a palestra de capacitação dos professores, evento que marcará o início do Programa em 2006. A palestra e a assinatura do convênio serão transmitidas por vídeo conferência para todas as diretorias de ensino do Estado de São Paulo, 89, dando oportunidade para que educadores de outras regiões conheçam o trabalho desenvolvido na região de Ribeirão Preto.

Com esta amplitude e resultados concretos a ABAGR/RP envidou esforços para buscar o reconhecimento e o apoio ao Programa junto à Secretaria Estadual da Educação.

O encontro com o Secretário da Educação, Prof. Dr. Gabriel Chalita, aconteceu em São Paulo e contou com a participação do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimen-

Planejar para desenvolver

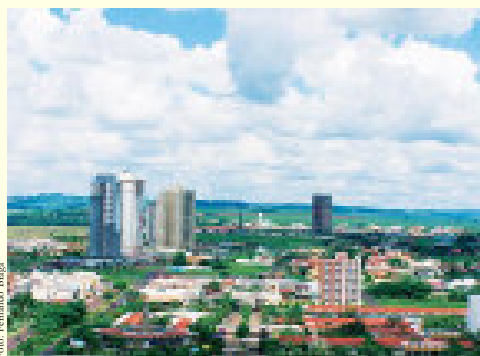
A Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como “Estatuto das Cidades”, estabelece que municípios com mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, com obras de impacto ambiental ou potencial turístico, elaborem seus Planos Diretores até outubro de 2006. Regulamentando assim os artigos 182 e 183 do Capítulo da Política Urbana da Constituição Federal, que tem como objetivo a ordenação do plano desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem estar de seus habitantes. Entre as exigências do Estatuto está a participação da sociedade na discussão do plano diretor municipal, bem como a e a inclusão da área rural.

Algumas cidades, com o Plano em andamento, discutem um Plano Diretor Rural em separado, o que na visão do vice-presidente do Sindicato Rural de Ribeirão Preto, Genésio Abadio de Paula, é um equívoco. O Plano Diretor Municipal é um só, e precisa incluir área rural. Esta inclusão, segundo Genésio, significa uma mudança de paradigma em relação ao rural, portanto querer separá-lo da “cidade” é dar continuidade ao que já vem acontecendo no Brasil.

Não existe separação entre campo e cidade. Nos municípios menores essa relação é direta. Nos maiores, é mais sutil. Mas toda população veste roupa de algodão, usa calçados de couro, escreve em papéis, lê jornal

O que é Plano Diretor?

Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento do Município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população.



Ribeirão Preto: na área onde estão os prédios em construção há pouco mais de dois anos havia plantações de culturas semiperenes. Em algumas áreas ditas rurais já não se fala em preço por alqueire, mas por metro quadrado

nais ou revistas, compra móveis de madeira, abastece carros e se alimenta e, por aí afora.

Para Genésio, que já foi diretor do Escritório Regional de Planejamento do governo de São Paulo, a presença do Estado sempre foi forte no campo, e as administrações municipais se acostumaram a essa situação e não se sentiam responsáveis pelo que acontecia “lá tão longe da área urbana”.

Esta é a mesma opinião da Secretária da Agricultura de Bauru, Maria Eugênia Gracia. Segundo ela, a municipalização das Casas de Agricultura é muito recente, e na maioria das cidades do estado de São Paulo nem existe Secretaria da Agricultura. Em Bauru a discussão do Plano Diretor já vem ocorrendo há mais de um ano. A inclusão da área rural, que representa 70% do município, é uma vitória e ao mesmo tempo um desafio. A cidade de 350 mil habitantes tem apenas 7 mil moradores na zona

rural. Os menores de 7 anos não tem acesso à educação infantil (0 a 6 anos). Já se cogita a reinstalação de uma escola para atender as crianças menores na zona rural de Bauru. Outros pontos que devem fazer parte do Plano Diretor local são: forma de ocupação da terra, com indicação dos tipos de atividades a serem priorizadas, eletricidade, transporte de pessoas, escoamento da safra, água, preservação ambiental, saneamento e segurança alimentar.

De volta ao município de Ribeirão Preto, a inexistência de uma secretaria municipal ou outra pasta ligada à agricultura atrasou o início das discussões. As discussões com a população rural começaram este ano por interferência de um vereador e através da associação de engenharia. Está tudo por fazer.

O engenheiro agrônomo Paulo Peixoto, do Grupo de Trabalho de Agricultura do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de São Paulo, tem viajado pelo interior, nas regiões Pólo: Araçatuba, Assis, Avaré, Barretos, Campinas, Caraguatuba, Fartura, Itapevi, Marília, Pirassununga, Registro, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos e Ubatuba, ministrando o curso: “Planejamento Rural para o Desenvolvimento Integrado do Município”. Segundo ele, é uma oportunidade para que haja uma reflexão sobre a questão rural, posto que as ações desenvolvidas no campo têm direito impacto na qualidade de vida urbana: qualidade dos alimentos, qualidade do ar, da água, a paisagem, as enchentes, consequência da má conservação do solo. E completa: “é desproporcional a atenção que o campo tem recebido à importância econômica que ele representa. Em São Paulo 0,67% do orçamento estadual é destinado à

Quem é o responsável pelo Plano?

O plano deve refletir os anseios da comunidade e indicar os caminhos para uma cidade melhor, por isso deve ser participativo. O Prefeito é quem o apresentará para ser aprovado pela Câmara Municipal.



Enquanto isso os vazios urbanos, provocados pela falta de planejamento, ocupam cerca de 20% da cidade

agricultura e, nos municípios, metade desse número”.

Para o conselheiro da ABAG/RP, Fernando Balbo, é preciso pensar o rural partindo de estudos técnicos e não da vontade de um e de outro. É importante respeitar as leis estaduais e federais, mas avançar no sentido de ter um plano moderno que contemple o desenvolvimento das cidades e de toda a região.

Os instrumentos existem, mas precisam ser melhor usados pelas administrações municipais. Um deles é o Sistema de Gestão Territorial, como o elaborado pioneiramente para a região de Ribeirão Preto. O estudo desenvolvido em parceria entre a ABAG/RP, a Embrapa Monitoramento por Satélite e a Fapesp, abrange 51 mil quilômetros quadrados, a região nordeste do Estado de São Paulo. Ele possibilita simular os efeitos de políticas públicas setoriais nos aspectos sociais, econômicos e ambientais da região. É uma ferramenta fundamental de gestão baseada em parâmetros científicos. O trabalho está disponível na homepage: www.abag.org.br

O que se espera do Plano?

Que aponte os caminhos no sentido de um desenvolvimento local economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado, oferecendo diretrizes e instrumentos para sua execução.

Outro estudo que pode ajudar na formatação dos planos está nas mãos dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Todos fizeram relatórios com o diagnóstico da situação das diversas regiões. Estes levantamentos, de domínio público, não significam que o trabalho esteja pronto, mas representam excelentes pontos de partida. O Secretário Municipal de Planejamento de Ribeirão Preto, Wilson Laguna, reconhece que falta pouco tempo para o término do prazo de conclusão do Plano Diretor, mas já programou reuniões com a comunidade para discutí-lo e pretende buscar as ferramentas tecnológicas existem para que sejam produzidas leis “aplicáveis” e que promovam o desenvolvimento da região e o bem estar da comunidade.